



Desarrollo Rural **34** EXPLORACIONES

Estética, Agricultura e Gênero:
A visualidade nas mudanças do modelo agroalimentar
após a revolução verde

Créditos

Brasil, 2016

Autora:
Diana Peña

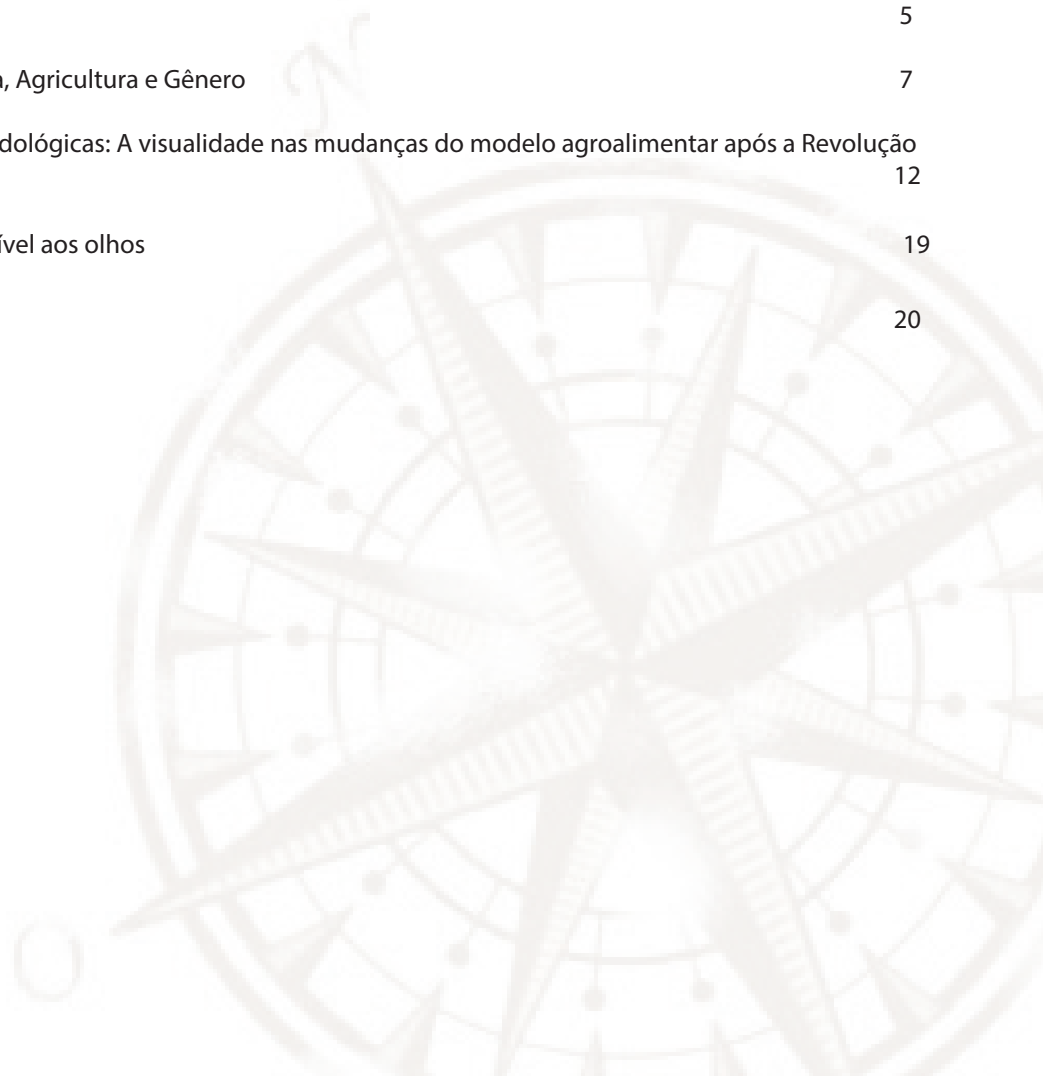
Edición, diseño y diagramación
IPDRS

* Este texto es una versión editada sin la revisión de la autora.



Índice |

Introdução	5
Discussão: Estética, Agricultura e Gênero	7
Abordagens metodológicas: A visualidade nas mudanças do modelo agroalimentar após a Revolução Verde	12
O essencial é invisível aos olhos	19
Referências	20



Estética, Agricultura e Gênero:

A visualidade nas mudanças do modelo agroalimentar após a revolução verde

“O essencial é invisível aos olhos.”
Antoine de Saint-Exúpery.

Introdução

As mulheres e as sementes teceram uma relação co-evolutiva desde os alvores da história humana, quando a curiosidade e a resolução femininas, propiciaram a epifania da planta que germina no caroço dentro do fruto, sua diversificação pelo processo de domesticação, e sua incorporação na identidade cultural dos povos no calor do fogão. Conforme Shiva (1988, 1992), esta relação se estende ao solo vivo e é sacralizada na maioria das culturas sob a figura da terra mater, pacha mama, a qual entende que mulher, semente e solo, contêm o milagre da regeneração: a capacidade de gestar uma nova vida e canalizar os fluxos energéticos do ecossistema em favor dela, harmonizando estes princípios femininos com os princípios masculinos do sol, solis pater, taita inti.

Porém, a lógica da modernidade profanou o mito da mãe terra construindo representações da natureza como utopia negativa, como objeto inerte, alheio e te-

rrível – terra nullius–, que deve ser dominado pela ação tecnocientífica (SHIVA, 1988, 1992; ESCOBAR, 2007; LEFEBVRE, 2013). As consequências deste processo de ruptura ainda permeiam as sociedades contemporâneas, embora tenham sido camufladas em formas pretensamente naturais através de discursos, representações e práticas espaciais que repercutem em todas as dimensões e escalas do território, e que por tanto o configuram, partindo do próprio corpo até chegar no globo terráqueo como um todo (idem).

Com este artigo propõe-se numa das múltiplas arestas dessa clivagem (homem/mulher, civilização/natureza), a saber, a maneira em que os discursos e representações produzidos pela lógica moderna/patriarcal/capitalista são reproduzidos na cotidianidade das práticas agroalimentares numa região do sul global, a estética[1] associada a essa ordem e sua relação com o papel da mulher na divisão do trabalho agrícola.

*1. Neste trabalho se entenderá a estética para além do campo das artes, aliás, se considerará unicamente sua conexão com outra forma do trabalho humano: A agricultura; a partir de Lefebvre (1971), interpreta-se a estética como um dos “poderes que o homem criou para dominar a natureza e a si mesmo (seus instintos naturais), a partir do desenvolvimento das forças produtivas” (p. 40), é portanto um resultado histórico, no sentido em que “cada época, cada civilização (...), cada classe, cada povo e cada nação, em condições favoráveis a sua expressão artística, tem elaborado sua própria ideia do que é belo” (p. 16). As obras humanas – enquanto fatos sociais–, “intervêm na vida social e política” (p. 18), e a estética regra essa intervenção, configurando a sensibilidade, ou seja, mediando a relação entre as coisas e o observador, sob os “gostos, aspirações, emoções e ideias” de cada classe (p. 21). A obra constitui então uma unidade forma-conteúdo, destacando-se o “conteúdo ideológico” (as ideias do tempo histórico e a classe); salienta-se que os ideais estéticos sobre a agricultura e a alimentação denotam, nessa perspectiva, a ideologia de uma classe determinada.

Nesse contexto, identifica-se a Revolução Verde como um instrumento crucial na construção do discurso desenvolvimentista que erigiu a modernização tecnológica como paradigma da produção alimentar, desviando a atenção da dimensão política da questão agrária e desconsiderando as particularidades sociais, culturais e ecossistêmicas.

O prato e a colher contêm a ordem mundial toda, porém, por causa da intimidade no ato de se alimentar, é difícil enxergar as contradições que desabrocham em cada elo da cadeia, especialmente porque elas são apagadas nas alocações oficiais. Este fato traz desafios metodológicos na abordagem crítica do assunto, entre os quais a necessidade de se procurar além do texto escrito, desconfiar das palavras, uma vez que a elas foi dada uma função específica na preservação do status quo – como linguagem histórica das classes eruditas/dominantes–, tendo, por esse motivo, a capacidade de encobrir as relações de dominação subjacentes, em vez de designá-las para fazê-las evidentes (RIVERA CUSICANQUI, 2010).

E ainda, reconhecendo que sempre há uma estética atrelada à ordem social, e que esta é ao mesmo tempo um sintoma das práticas sociais vigentes e uma força para mudá-las num sentido específico (LEFEBVRE, 2013), quer se esmigalhar o código que rege o jeito certo/errado de se trabalhar a terra e consumir seus frutos, e como isto se manifesta na organização do espaço agrário (os cultivos e as variedades que se promovem, a matriz tecnológica utilizada, a divisão do trabalho no bojo da produção, etc.). Lefebvre enfatiza no protagonismo do visual na constituição do pensamento moderno, que se abstrai dos cheiros, dos sabores e do toque (espaço absoluto), em virtude de um modelo, de uma sociedade imaginária (espaço abstrato).

Deste modo, propõe-se a abordagem do problema a partir da visualidade [2], devido à importância da di-

mensão ótica e estética na institucionalização de uma representação dicotômica da realidade agroalimentar nos países do denominado terceiro mundo, na qual a agricultura camponesa e a alimentação tradicional são sinônimos de atraso e pobreza, enquanto as tecnologias da Revolução Verde se consagram como promessa de prosperidade e progresso. Esta mudança na percepção e na forma de se cultivar os alimentos teve repercussões profundas, entre as quais se destacam a perda do histórico protagonismo da mulher na agricultura e o empobrecimento da dieta pela homogeneização das variedades comercializadas.

Os ditos processos de homogeneização prescreveram uma estética da agricultura e da alimentação por meio dos discursos da eficiência, da standardização de formas e dimensões aceitáveis para frutas e verduras, das regulamentações sanitárias e fitossanitárias, e demais disposições que configuraram o atual mercado alimentar. Isto se relaciona com as construções culturais do gênero [3], que se fundamentam numa imagem caracterizada pela objetivação do corpo feminino sob padrões estéticos que terminam sendo uma fonte decisiva de opressão patriarcal, relegando às mulheres ao rol passivo da visualidade, inofensivas e fracas, privadas de seu enorme potencial revolucionário (CHOW, 1992).

Porém, este processo de homogeneização não é uniforme, pelo contrário, há uma organização espacial concretizada na divisão social do trabalho em escala planetária, que determina a participação de cada região no mercado mundial, e inclusive de cada um dos países que a compõem, fato que obedece às particularidades locais e às próprias necessidades do capital. A discussão se apresenta a partir de dois casos contrastantes: a produção mecanizada de grãos – soja e milho – no Brasil e a floricultura na Colômbia, por considerá-los expressivos da tese aqui defendida, embora não sejam exaustivos.

*2 Mais do que a ação fisiológica de observar, a visualidade se refere à objetivação de outros sujeitos, sua relegação ao rol passivo de serem contemplados por um observador, que dessa maneira impõe uma suposta superioridade sobre eles; nesse sentido, Chow (1992, p. 101), aponta que “the visual as such, as a kind of dominant discourse of modernity, reveals epistemological problems that are inherent in social relations and their reproduction. such problems inform the very ways social difference—be it in terms of class, gender, or race—is constructed”. À luz dessa objetivação os sujeitos se transformam, tornam-se um espetáculo que perde um sentido além do rol de subalternidade designado: “the site occupied by woman, by the lower classes, by the masses, is that of excess; in freud’s reading their specularity—their status as the visual is what allows the clarification of problems which lie outside them and which need them for their objectification. beyond this specularity, what can be known about the feminized “object”?” (CHOW, 1992, p. 110).

*3 Biologicamente há uma diferenciação entre machos e fêmeas, porém, isto se distingue de uma prática cultural caracterizada pelos “processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (IRATA, 2007, p.596).

Discussão: Estética, Agricultura e Gênero

Vandana Shiva (1992, p. 154) não duvida em afirmar que “todas as culturas sustentáveis, na sua diversidade, têm enxergado à terra como uma mãe”, terra mater, poética analogia que guarda um conhecimento profundo sobre as dinâmicas da vida ao entender que o ecossistema tem a capacidade de criar condições para a regeneração de todos os elementos que o compõem e, assim, “a semente e a terra criam as condições para a mutua regeneração e renovação” (1992, p. 156), da mesma maneira em que o ventre materno se regenera: com o ciclo menstrual o endométrio se renova quando não há fecundação. No caso da gravidez, o corpo todo se adapta para suprir as necessidades do feto em cada etapa de sua formação. Assim concebida, a Terra é a fonte da fertilidade, e o propósito da agricultura seria apenas propiciar a reciclagem dos nutrientes do solo, a través da interação dos elementos do agro-ecossistema: as culturas humanas, a semente, o solo, o sol, a água, o clima, os minerais, os microrganismos, os insetos, os animais domésticos etc.

A mulher cumpre um papel central neste sistema como precursora da seleção e adaptação das sementes e, por tanto, criadora da agricultura em grande medida. Não obstante, com a preeminência do patriarcado, “todas as sociedades históricas diminuíram a importância das mulheres e limitaram a influência da feminidade”, restringindo sua participação em todas as esferas sociais, incluída a agricultura (LEFEBVRE, 2013); nas sociedades ocidentais, a través do paradigma da Revolução Verde, esta restrição é ainda maior atingindo o próprio princípio de regeneração, já que, em razão da conceição do solo como substrato estéril, terra nullius, se substitui o ciclo de nutrientes do ecossistema pelo uso de insumos externos comercializados no mercado, como fertilizantes químicos, sementes homogeneizadas (inclusive transgênicas) e tratores mecanizados. Tecnologias pensadas para serem operadas por homens (SHIVA, 1992; ROSSINI, 2002; BRUMER, 2004).

Esta discriminação da mulher, da terra como ser vivo e, em geral, de todo princípio feminino, surge com o pensamento moderno, que possui uma visão dicotômica da realidade, na qual se concebe a civilização-ação-intelectualidade-artificialidade-previsibilidade como características tipicamente masculinas, enquanto a

natureza-passividade-corporeidade-rusticidade-imprevisibilidade se consideram características femininas e de inferior qualidade (SHIVA, 1992; LEFEBVRE; 2013). Esta concepção busca legitimar a dominação patriarcal da mulher e da natureza a partir de instituições pretensamente neutras e naturais (embora sejam uma construção cultural). Por isto, a cotidianidade das pessoas está permeada por discursos que permitem reproduzir as ditas instituições e justificar a submissão a um único modelo de se representar o mundo e quem o habita.

Cada dinâmica discursiva e cada sistema de representações da realidade social tem o poder de criar uma ordem determinada, capaz de definir os modos permitidos e proibidos de ser, estar e agir, de visibilizar ou apagar maneiras de se pensar e se expressar e, em suma, de traçar o rumo das vidas das pessoas e dos diversos ecossistemas planetários (LEFEBVRE, 2013; ESCOBAR, 2007). E ainda, uma vez que esta racionalidade se pretende neutral e universalmente aplicável, há violência pela imposição dos elementos que a constituem: uma lógica geométrica (do espaço euclidiano-lógico-matemático, compreensível para poucos), fálica (patriarcal e da propriedade privada), e visual, na qual se favorece a ótica sobre os outros sentidos – o tato, o paladar, o olfato e até o ouvido–, ao considerá-los mais sensuais, corpóreos, terrenos, concebidos, como foi mencionado, como parte de uma natureza inferior (LEFEBVRE, 2013; SHIVA, 1992).

Estes três elementos (geométricos-fálicos-visuais) estão estreitamente relacionados; assim, a lógica geométrica substitui no espaço mental “a natureza pela abstração fria, pela ausência de prazer” criando modelos que reduzem a complexidade da realidade para fazê-la mensurável, previsível, chegando inclusive a considerar que as representações do mundo (os modelos) são mais adequadas que o mundo em si (LEFEBVRE, 2013; ESCOBAR, 2007). Neste marco, supõe-se a supremacia do saber científico sobre qualquer outro sistema de conhecimento, discurso propício à dominação colonialista das sociedades não ocidentais, problematizando suas lógicas, suas culturas, suas tecnologias e seus modos de produção como inferiores ou ineficientes (e após a segunda guerra mundial, como subdesenvolvidas), em consequência, construindo uma plataforma de intervenção controlada pelas próprias sociedades modernas, conclamadas a levar o progresso a todos os cantos do planeta (SHIVA, 1992 ; ESCOBAR, 2007).

Nesse processo, a denominada lógica da visualização foi uma ferramenta primordial para se alcançar a simplificação das rugosidades das formas naturais na geometria euclidiana e, de maneira análoga, a simplificação de diversos e complexos sistemas culturais sob os rótulos da ineficiência e o subdesenvolvimento, para este fim foi necessário o distanciamento entre o sujeito que observa e o objeto que é observado, reduzindo assim o outro a uma imagem, algo estático e fragmentado que substitui a própria existência desse ser, seja uma pessoa, um grupo de pessoas, uma cultura, uma região geográfica, um dos elementos ou relações de um ecossistema, e mesmo o planeta em seu conjunto (LEFEBVRE, 2013; CHOW, 1992; ESCOBAR, 2007).

Esta lógica está tão incorporada na cotidianidade das sociedades modernas que ela acaba mediando os aspectos menos suspeitos das relações sociais, conformando assim verdadeiros regimes de visualidade: a conservação de sistemas de privilégios – de gênero, classe e raça–, pela espetacularização e hierarquização consequente de pessoas e culturas (CHOW, 1992). Paradoxalmente, ditos regimes têm um intuito homogeneizante em todas as esferas da realidade: o pensamento, a cultura, a estética, a política, a sexualidade, os agro-ecossistemas. Eles destacam a diferença, mas não para celebrá-la, senão para puni-la e normatizá-la, como consequência da mencionada presunção de universalidade do pensamento moderno (LEFEBVRE, 2013; ESCOBAR, 2007; SHIVA, 1988, 1992).

Aliás, conforme Lefebvre (2013), a modernidade concebe a vida social como um conjunto de “coisas-signos” (espaço abstrato) que em sua essência nega as diferenças que provêm da natureza, de seus ritmos e do próprio corpo, entrando, portanto, em contradição com as formações prévias à revolução neolítica e à apropriação privada do solo. Sociedades conciliadas com o feminino, com o maternal e o imediato, unidas por laços de consanguinidade para a reprodução da vida, o reconhecimento do mundo (suas formas, cores, sabores, texturas e odores), o encontro com “o prazer e a dor, a terra”

Por isto, a mulher tem sido um dos principais focos neste processo, no qual se cria uma imagem de feminidade que se caracteriza pela objetivação do corpo feminino sob padrões estéticos que terminam sendo uma fonte decisiva de opressão patriarcal, relegando-as ao rol passivo da visualidade, inofensivas, privando-as de seu enorme potencial revolucionário (CHOW, 1992). Acredita-se que esta mesma racionalidade objetivante e padronizadora guia as ações pela homogeneização da agricultura e da alimentação, visando facilitar os processos de produção e troca no mercado capitalista para benefício de um punhado de monopólios agroalimentares (SHIVA, 1988, 1992; ESCOBAR, 2007; BRAVERMAN, 1998).

Há conexões entre a primeira relação – a construção de uma imagem da mulher socialmente aceitável–, e a segunda – a construção de uma imagem dos cultivos permitidos no mercado–, as quais parecem apontar a uma fonte comum: o intuito de homogeneização a partir de cânones estéticos da sociedade moderna/patriarcal/capitalista. A estética se erige então como uma força normatizadora a partir da qual se reproduz a ordem capitalista – a representação do espaço e sua consequente incorporação nos circuitos de acumulação– (LEFEBVRE, 2013).

A fábrica se erige como modelo da vida social. As pessoas e os ecossistemas passam a ser considerados só como mão de obra e recurso produtivo; os processos industriais buscam tornar-se lineais os ritmos e os ciclos naturais através das linhas de produção, comprometendo o bem-estar social e ecossistêmico (LEFEBVRE, 2013; SHIVA, 2008). A industrialização da produção alimentar foi “(...) a base indispensável do tipo de vida urbana que estava sendo criada”, a qual visava, no começo do século vinte [4], a proletarianização da força de trabalho e a conformação de uma demanda de produtos – como manteiga, pão, biscoitos, sopas, carnes– que geralmente eram produzidos pelas famílias para o próprio consumo, mas que puderam ser amplamente comercializadas a partir de tecnologias

*4 A partir da entrada em vigor dos preceitos neoliberais, a proletarianização não é tão promovida quanto o chamado empreendedorismo, sob a lógica da redução de custos laborais, terceirização, etc. Como aponta Rossini (2002, p. 2): “a modernização tecnológica em andamento, poupadora de trabalho, cria as bases para reestruturar a produção de bens e serviços, os processos e a organização do trabalho. Suas repercussões na composição orgânica do capital pela tecnificação leva, em maior escala, à exclusão de mulheres, de pessoas idosas, prematuramente idosas e de jovens que deveriam estar entrando no mercado de trabalho. O emprego paulatinamente está sendo substituído pela ocupação. Desta forma o emprego formal começa a ser raro. A tônica passa a ser o mercado informal de trabalho e a terceirização”.

como o enlatado e a refrigeração, que facilitaram o processamento, armazenamento e distribuição dos alimentos (BRAVERMAN, 1998, p. 182).

Esta dinâmica requereu a incorporação do modelo fabril nos agro-ecossistemas. Por isto, a partir da década dos anos cinquenta do século passado, deu-se um programa de transferência de tecnologia agropecuária para os países do denominado terceiro mundo, programa este que, sob o discurso da produtividade agrícola, impôs o uso de variedades estandardizadas de sementes, defensivos químicos, sistemas de irrigação e maquinaria agrícola. Este pacote tecnológico, conhecido como Revolução Verde, ignora as particularidades sociais, culturais e ecossistêmicas dos lugares onde é adotado, conduzindo à simplificação do agro-ecossistema pela prática da monocultura, à alteração dos controles biológicos, à poluição e salinização de águas e solos devido ao uso de defensivos tóxicos e adubos que desequilibram seus nutrientes e à erosão genética, associada não só a perda de raças e variedades utilizadas por milhares de anos, mas também ao menosprezo dos conhecimentos tradicionais em favor do conhecimento científico (TOLEDO & BARRERA, 2009).

À vista disso, não resulta estranho que os rumos da modernização da agricultura na América Latina [5] tenham tido como norte esse modelo tecnológico, o qual continua justificando uma teleologia no mercado mundial de alimentos, que determina padrões rígidos para as normas e disposições sanitárias e fitossanitárias, técnicas, produtivas e organizativas que regem a produção agropecuária no planeta inteiro. Contudo, devido às particularidades locais e às próprias necessidades do capital, este processo homogeneizante não é homogêneo, ao contrário, há uma organização espacial concretizada na divisão social do trabalho [6], em escala planetária, que determina a participação de

cada região – e inclusive de cada um dos países que a compõem – no mercado mundial.

Para trazer a discussão ao subcontinente latino-americano, propõe-se a comparação de dois casos, os quais ilustram a lógica por trás da divisão global do trabalho agrícola, embora não sejam exaustivos para toda a região; de um lado a Colômbia, produtor de espécies e variedades tropicais, do outro o Brasil, considerado o “celeiro do mundo”, duas caras da mesma moeda. Para esclarecer essa afirmação se apelará um pouco à história, lembrando as definições do Acordo sobre a Agricultura (AOA, por suas siglas em inglês), pactuadas quando da conformação da Organização Mundial do Comércio (OMC) no marco das negociações da Rodada Uruguai, as quais conduziram à liberalização do mercado agrícola e uma divisão internacional do trabalho correspondente (SUÁREZ; 2008).

No AOA se desenha uma geopolítica dos alimentos favorável aos países do norte global, cujos subsídios no setor agropecuário geram distorções nos preços mundiais, possibilitando-os, portanto, a se especializar na produção dos denominados cultivos transitórios e de clima temperado, que correspondem aos principais gêneros alimentares do ponto de vista da dieta ocidental contemporânea. Ao mesmo tempo, isso induz o resto do mundo para produção de culturas “tropicais” como café, frutas e flores, além das plantações para produção de agrocombustíveis, as quais se articulam com a indústria e o mercado internacional de valores, sendo, em consequência, altamente vulneráveis à volatilidade das bolsas de valores. A Colômbia pertence claramente ao segundo grupo (MONCAYO, 2008; SUÁREZ, 2008).

Há, contudo, tons de cinza nesta hierarquização. Um exemplo disso é o Brasil que, por questões físicas e históricas, cuja explicação ultrapassa a presente

*5 Com a notável exceção de Cuba.

*6 De acordo com Marx (1998): “se puede denominar división del trabajo en general al desdoblamiento de la producción social en sus grandes géneros, como agricultura, industria, etc., división del trabajo en particular, al desglosamiento de esos géneros de la producción en especies y subespecies; y división del trabajo en singular, a la que se opera dentro de un mismo taller”, ou mais recentemente – no bojo da produção capitalista –, dentro da fábrica, onde há uma divisão de tarefas que se alicerça na apropriação privada dos meios de produção por parte do capitalista, tendo os trabalhadores como único recurso sua força de trabalho. Na escala planetária há uma divisão do trabalho decorrente do desdobramento básico terra-trabalho-capital, que sustenta o sistema de privilégios adquiridos quando da colonização de América, África e outras regiões, inclusive das elites que habitam as áreas colonizadas e que administram o sistema de instituições que mantêm a máquina do capitalismo andando. Já por divisão sexual do trabalho se entende a “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva, das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (IRATA, 2007, p. 599).

dissertação[7] , a partir da inserção nesse modelo posicionou-se como um dos principais produtores agropecuários do mundo, especializando sua oferta exportadora na produção de cana de açúcar, café, carnes em sistemas de confinamento e monoculturas de grãos, em complexos homogêneos e dependentes de insumos sintéticos[8]

Isso ocasionou a modificação das paisagens agrárias de ambos. Trata-se de um processo tão complexo que requer uma recalibragem da lente de análise para um novo entendimento. O que se propõe aqui é um olhar sobre a floricultura colombiana e a comoditização da produção de grãos no Brasil, por considerá-los indícios da tese defendida. A posição de cada um destes países na divisão do trabalho agrícola do AOA se reflete na composição orgânica do capital [9] sendo mais intensiva em capital nas lavouras mecanizadas de milho e soja das planícies brasileiras, e em mão de obra nas estufas das plantações de flores nos Andes colombianos (ROSSINI, 2002; CASTRO, 2008; GONZÁLEZ, 2014). Essa diferença diametral nos permite enxergar melhor a dominação patriarcal da agricultura, a mulher e todo princípio feminino.

Nesses arranjos o trabalho feminino é submetido ou formalmente banido. A composição orgânica do capital se correlaciona positivamente com o grau de intensidade nessa determinação. Rossini (2002, p. 12) é contundente a esse respeito ao referir-se à produção nas plantações canavieiras: "(...) a modernidade tecnológica na agricultura, nesta fase, só tem acelerado as masculinidades: o trabalho no campo capitalista é masculino"; esta posição é também ratificada por Brumer (2004) no caso das unidades familiares vinculadas à agroindústria como a da soja, onde se identifica uma divisão do trabalho estabelecida a partir do sexo:

Ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER, 2004, p. 211).

Assim, ao não participar na produção dos cultivos comerciais, o trabalho feminino não se remunera, sendo confinado e invisibilizado no espaço doméstico. No outro extremo desta correlação, considerando as condições históricas em que o capitalismo tem se desenvolvido no território colombiano[10], pode se redimensionar a afirmação de Rossini, uma vez que na moderna floricultura colombiana o grosso da mão de obra é feminina, que trabalha em estado de alarmante precarização (CASTRO, 2008; GONZÁLEZ, 2014). Mais adiante se retomará a questão da divisão sexual do trabalho na agricultura, pois agora é necessário salientar outro elemento eloquente na relação Estética/Agricultura/Gênero, uma vez que a composição orgânica do capital se correlaciona da mesma maneira com a diversificação de espécies e variedades nas duas agroindústrias.

O modelo mais intensivo em capital não só é mais masculinizado, como também é mais homogêneo. No caso que tomamos como exemplo no Brasil, produz-se somente milho e soja; no caso da floricultura

*7 Ver, por exemplo, DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985. São Paul: Editora Ícone, 1985. Capítulos e BELIK, W. Agroindústria Processadora e Política Económica. Campinas: Unicamp, 1992 (Tese de doutorado).

*8 Lembre-se que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, o Brasil é o principal consumidor de agrotóxicos do mundo. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254_.pdf, acessado o 17 de dezembro de 2015.

*9 Vale lembrar o significado desse conceito central: o capital parte de uma relação social, materializada na circulação da forma Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (valorizado). Ou seja: la "conversión de dinero en mercancía y reconversión de mercancía en dinero, comprar para vender. El dinero que en su movimiento se ajusta a ese último tipo de circulación, se transforma en capital, deviene capital y es ya, conforme a su determinación, capital" (MARX, 1998, p. 180), entendendo que a lei máxima do capital – sua essência– é o lucro, o qual depende do mais valor (o trabalho não pago ao trabalhador, a taxa de exploração); isto se relaciona ainda com outro conceito: a composição orgânica do capital, que é a relação entre o acervo dos meios de produção e a mão de obra, a qual será maior nas indústrias mais tecnificadas.

*10 Ver, por exemplo, OCAMPO, J. Colombia y la Economía Mundial: 1830-1910. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1984.

Colombiana, que é intensiva em mão de obra, principalmente feminina, tende-se à diversificação, apresentando mais de cinquenta espécies e inúmeras variedades cultivadas e exportadas (CASTRO, 2008; GONZÁLEZ, 2014). No entanto, o que opera por trás de ambos os casos é a mesma lógica homogeneizante, por isso o mercado celebra a variabilidade de alguns atributos, como as flores (que, aliás, são um bem suntuário), em detrimento das culturas alimentares causando, assim, mais vulnerabilidade socioambiental não só em países como a Colômbia, mas também no Brasil.

Frente essa onda homogeneizadora cabe lembrar que a diversidade é uma das características essenciais do planeta Terra, uma estratégia para ampliar as formas e qualidades dos elementos que conformam os ecossistemas, com o propósito de enriquecer e organizar suas relações, e de reorganizá-los após uma perturbação. Por isto, considera-se que a diversidade aumenta a capacidade de resiliência (TOLEDO & BARRERA, 2009; SHIVA, 1988, 1992). Nesse sentido, a diversificação é crucial para todos os processos da vida, uma vez que:

A história da Terra tem sido, em geral, uma muito longa história de diversificação, e este processo tem se produzido em diferentes escalas, ritmos e períodos de tempo. Por isto, desde uma perspectiva de longo prazo (escala geológica do tempo), a diversificação é sinônimo de evolução (TOLEDO & BARRERA, 2009, p. 16).

De acordo com Toledo e Barrera (2009), os principais tipos de diversidade que podem ser reconhecidos na atualidade são a diversidade biológica e a cultural, a partir de cuja conjugação se derivam mais duas: a agrobiodiversidade e a diversidade paisagística. A construção de novas paisagens e ecossistemas agrários pela ação humana foi possível graças à adoção e refinamento do mecanismo evolutivo da adaptação biológica, mediante a seleção artificial e a domesticação de organismos a diferentes condições edafo-climáticas até constituir novas variedades vegetais e novas raças animais aumentando, assim, o acervo genético e a capacidade de resiliência dos ecossistemas planetários.

É importante ressaltar o protagonismo da mulher neste processo de ampliação da riqueza genética, não só por ser considerada responsável pela domesticação dos oito principais cereais utilizados para a alimentação humana – trigo, arroz, milho, cevada, aveia, sorgo, milho miúdo e centeio –, mas também porque as agriculturas não patriarcais, que incorporam os princípios feminino e masculino da vida, se caracterizam por uma concepção mais integral do agro-ecossistema, capaz de entender os ciclos naturais, a reciclagem dos nutrientes do solo e demais fluxos energéticos, como condição necessária para tecer equilíbrios ecossistêmicos sob a égide do dinamismo, da diversidade, das inter-relações e co-dependência, da sacralidade da vida e todos os elementos que a compõem (SHIVA, 1988, 1992).

Porém, como vem sendo mencionado, a razão moderna, da qual é subsidiária a sociedade capitalista contemporânea, concebe as coisas de uma maneira radicalmente diferente, a partir de uma visão fragmentada do mundo, que cinde o ser humano da natureza, então entendida como objeto ou simples cenário (meio ambiente) inferior, mecânica, um dado isolado, apreensível por meio de modelos reducionistas, pronta para ser dominada e explorada pelo homem (SHIVA, 1988). A industrialização foi a materialização do sonho moderno de dominação da natureza, transformando a matéria bruta em mercadorias de todos os tipos. A economia se erigiu como o eixo da sociedade impondo ritmos artificiais que rompem com os ciclos da natureza, com a reciclagem de nutrientes, e desqualificam outras culturas e sistemas produtivos sob o rótulo da ineficiência, da in-civilização e do atraso (ESCOBAR, 2007; TOLEDO & BARRERA, 2009).

Os paradoxos desta ruptura com os ciclos naturais podem ser percebidos nas estantes dos supermercados, onde se aglomera toda sorte de frutas e verduras, sejam ou não de temporada, vindas ou não do mercado local, criando uma diversidade ilusória que não concorda com a realidade, já que é possível demonstrar o quando se contrasta esta falsa opulência com os dados de perda de agrobiodiversidade: das 50.000 espécies catalogadas como de interesse alimentar para a humanidade, tão só 200 são realmente aproveitadas, destas unicamente 100 são comercializadas no mercado mundial, no entanto, a dieta de 80% da população mundial se alicerça em 20 culturas e, ainda, duas terças partes desses alimentos são produzidas com base em 10 espécies,

entre as quais o arroz, o trigo, o milho e a soja [11].

Não por acaso estas espécies são as principais culturas agrícolas do Brasil que, com essa escolha, simplificou os agroecossistemas do país. O mais alarmante é que esta tendência persiste inclusive na recente conjuntura de más colheitas e de crise da demanda mundial por milho e soja. Na Colômbia a situação é ainda pior. As políticas comerciais do AOA levaram o país à importação de alimentos [12] e a uma conseqüente queda na agricultura local, especialmente na produção de cereais como trigo, aveia, arroz e cevada, que são essenciais para a alimentação humana (SUÁREZ; 2008). Essa vulnerabilidade climática, econômica e alimentar é perceptível nas paisagens agrárias destes países: os vastos campos brasileiros se vestem com o verde uniforme das monoculturas e o colorido artificial das flores nos planaltos andinos se cobrem com as lonas das estufas.

Além da perda da soberania alimentar e da resiliência climática num contexto de aquecimento global, o desincentivo da agricultura local lesa as redes sociais e os conhecimentos tradicionais a ela associada (TOLEDO & BARRERA, 2009). Outros questionamentos em relação com a padronização dos modelos agro-alimentares têm a ver, em primeiro lugar, com a geração de dejetos pela ruptura dos processos de reciclagem de nutrientes próprios da natureza, decorrente da adoção das linhas de montagem como paradigma da produção (SHIVA, 1988), em segundo lugar, ressaltam-se os custos energéticos de um modelo alimentar baseado no comércio internacional, com enormes pegadas hídrica e de carbono, devido ao transporte transatlântico e ao uso de insumos derivados do petróleo.

Assim, afirma-se que a homogeneização, tanto dos agroecossistemas quanto das culturas humanas, ameaça a vida mesma, já que ela elimina a flexibilidade do sistema, alterando a capacidade de se reorganizar após perturbações (TOLEDO & BARRERA, 2009). Daí a importância do resgate dos múltiplos modelos agro-alimentares já existentes, que não privilegiam algumas dimensões – a econômica e a tecnológica – mas que se fundamentam em todas elas: o político, o social, o cultural, o espiritual, etc. Modelos complexos que, sobre-

tudo, reconheçam e se enraízem nas particularidades e sabedoria de cada lugar, enriquecendo a trama da vida pela diversidade dos elementos que a compõem evitando, assim, qualquer pretensão universalista.

Salienta-se que no centro desse debate deve estar o reconhecimento das contribuições das mulheres na agricultura, e isto deve ir muito além de propostas – necessárias, mas não suficientes – como o desenho de políticas públicas com enfoque de gênero ou a contabilização do trabalho reprodutivo no PIB, posto que o âmago da questão é o menosprezo do princípio feminino e a construção de uma imagem da feminidade nociva à mulher, e conseqüentemente, à agrobiodiversidade e a vida mesma. Na seguinte seção propõe-se resgatar algumas contribuições conceituais e metodológicas que poderiam orientar processos de pesquisa participativa e emancipadoras nessa sintonia.

Abordagens metodológicas: A visualidade nas mudanças do modelo agroalimentar após a Revolução Verde

*“O verbo jamais salvou e não pode salvar o mundo”
Henri Lefebvre*

Com a adoção do pacote da Revolução Verde, o Brasil e a Colômbia aderiram a padrões alimentares definidos no denominado primeiro mundo, adotando uma representação dicotômica e alheia da realidade agroalimentar, na qual a agricultura camponesa e a alimentação tradicional são sinônimo de atraso e pobreza, promovendo assim a modernização tecnológica como paradigma de prosperidade, amparado em discursos desenvolvimentistas que foram o roteiro da intervenção dos organismos internacionais nos países latino-americanos até a década dos anos noventa (ESCOBAR, 2007). Tais medidas, longe de melhorar a vida das pessoas na região, provocam a vulnerabilidade de seu direito à uma alimentação adequada, inclusive em termos de acesso à alimentos, uma vez que o problema agrário na América Latina não é tecnológico e sim político, de acesso à terra e aos meios de produção.

*11 Os dados sobre erosão fitogenética podem ser encontrados em: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, 1996, Op. cit.

*12 Até o ano 1989 a produção agropecuária na Colômbia abastecia 92% do mercado interno, cifra que teve uma queda chegando a 50% das proteínas e calorias produzidas internamente após a liberalização do comércio, o resto é importado (SUÁREZ; 2008)

Lefebvre (2013, p. 335) se refere à maneira na qual este tipo de representações dominantes – ou melhor, da classe dominante –, repercutem nas práticas sociais salientando que a visualidade tem sido uma ferramenta essencial na constituição do pensamento abstrato (espaço mental) que justifica e encobre esse jogo:

Para un «sentido común», lo visual que reduce los objetos a la abstracción especular y espectacular se confunde con la abstracción científica y sus procedimientos analíticos, esto es, reductores. La reducción- extrapolación opera sobre la pizarra como sobre el tablero de dibujo, con el folio en blanco como con los esquemas, con la escritura como con la abstracción sin contenido. Es una operación que tiene efectos tanto más graves cuanto que el espacio de los matemáticos, como toda abstracción, constituye un potente medio de acción: de dominación sobre la materia. En consecuencia, un medio de destrucción. Mientras que lo visual, tomado aparte, se contenta con sublimar y disolver el cuerpo y la energía natural como tales. Su combinación les confiere una capacidad inquietante, que compensa la impotencia de la mirada pura mediante la potencia de los operadores técnicos y de la abstracción científica.

Este artefato teria como propósito a construção de um fosso entre a ideia (a prática teórica) e a realidade (a prática social) para ofuscar a transformação dessa última. Assim erige-se uma norma que regula as pautas da “harmonia”, cuidadosamente guardada pelos tecnocratas e consagrada na palavra escrita que baliza o jeito certo e errado de perceber, conceber e viver o mundo:

Una parte del objeto y de lo que ofrece se toma así por el todo: este abuso normal (normalizado) se justifica en virtud de la importancia social de la palabra escrita. Por asimilación, por simulación, todo en la vida deviene desciframiento de un mensaje mediante los ojos, lectura de un texto; una impresión diferente a la óptica, por ejemplo la impresión táctil o muscular (ritmos), no es más que algo simbólico y transitorio hacia lo visual. Un objeto

palpado, examinado por las manos, no sirve sino de «analogon» del objeto percibido por la vista. La Armonía, nacida por y para la escucha, se transfiere al ámbito visual con la prioridad casi absoluta acordada a las artes de la imagen, el cine y la pintura. [LEFEBVRE, 2013, p. 322-323].

No código da harmonia da Revolução Verde, o ideal do sítio camponês, diversificado e sustentado no trabalho familiar, deu passo à plantação mecanizada, os mosaicos de coloridas culturas às fileiras perfeitas e monótonas, a praça de mercado como lugar de troca e socialização às franquias de supermercados, as compras a granel aos produtos enlatados e empacotados, o rosário de cheiros, sabores e texturas, à psicodelia de etiquetas e publicidade disfarçando a pobreza de seu conteúdo. Nessa passagem foi preciso instalar no imaginário coletivo a superioridade da civilização ocidental, e para isso foi funcional exibir a precariedade nas condições de vida das pessoas no sul global – a favela torta e suja, os campos sedentos –, mas não como denúncia das exclusões do capitalismo, pois o foco da discussão não era político, mas tecnocrático. Dessa feita propôs-se plataformas de intervenção frente a problemas criados pelo próprio modelo civilizatório, por isto poderia se dizer que a estética da comida que hoje regra os mercados se constitui a partir de uma estética da fome [13] (CHOW, 1992; ESCOBAR, 2007).

Esses cânones estão tão ancorados na sociedade que as palavras são insuficientes para descrever os jogos de poder que se tecem a partir deles, e incluso podem atrapalhar sua compreensão, uma vez que, como mencionado anteriormente, a linguagem escrita não é neutra e historicamente foi usada pelas elites para legitimar a ordem estabelecida, daí o interesse crescente na linguagem visual como ferramenta de análise (RIVERA CUSICANQUI, 2010; LEFEBVRE, 2013). Conforme Lefebvre (2013), essa cumplicidade da palavra escrita frente o status quo tem a ver com sua capacidade de solidificar (fixar, congelar) abstrações impedindo a mudança, a mutabilidade tão inerente à vida. Dessa maneira a palavra consegue “dar vida aos signos e conceitos usados como moeda” (p. 190), “inventando, suscitando, traduzindo e ocultando” normas que justificam hierarquias e sistemas de privilégios.

*13 Essa referência à proposta do cinema novo brasileiro [ROCHA, G. Uma Estética Da Fome. Tese Apresentada na Resenha do Cinema Latino-americano, em Gênova, 1965], foi trazida pelo próprio Escobar (2007).

Este autor se refere a duas ilusões do pensamento moderno, que se contêm e nutrem mutuamente e que levam à naturalização da realidade social (ou seja, ao encobrimento do fato de que o espaço é um produto social). Por um lado, a ilusão da transparência, que pretende simplificar a complexidade e imprevisibilidade das práticas sociais, reduzindo-as a modelos perfeitamente legíveis, discursos do pensamento puro onde não cabe o caótico (ou aquilo que não se encaixe na lógica intrínseca ao modelo). A palavra escrita tem sido a principal ferramenta nessa abstração:

Esta ideología, enredada en la cultura occidental, enfatiza la palabra y realza lo escrito, a despecho de la práctica social que ella oculta. El fetichismo del hablar, o la ideología de la palabra, viene a reforzarse por el fetichismo y la ideología de la escritura. Para unos, de forma explícita o implícita, el discurso se despliega con toda claridad de comunicación, desaloja todo lo que pretende ocultarse, obligándolo a mostrarse o colmándolo de anatemas. Otros estiman que la palabra no es suficiente y que son necesarias la prueba y la operación suplementaria de la escritura, generadora de maldiciones y santificaciones. Más allá de sus efectos inmediatos, el acto de escribir implicaría una disciplina capaz de aferrar el «objeto» por y para el «sujeto» que escribe y habla. En ambos casos, la palabra y la escritura se toman para la práctica (social); se asume que lo absurdo y la oscuridad, tratados como aspectos de una misma cosa, se disipan sin que el «objeto» llegue a desvanecerse. [LEFEBVRE, 2013, p. 88].

Por outro lado, a ilusão realista, que implica a equiparação entre o objeto (e incluso o sujeito) e a palavra que o denomina, esquecendo as construções culturais que mediam essa relação:

[Nessa perspectiva] la lengua se asemeja a un «saco de palabras» del cual la perspectiva naïve cree posible extraer la que conviene a cada cosa, a cada «objeto», de acuerdo con una correspondencia elemental. En el curso de toda lectura, lo imaginario y lo simbólico, el paisaje, el horizonte que bordea el trayecto del lector, se toman ilusoriamente por lo «real», en la medida en que los caracteres verdaderos del

texto, su forma significativa y su contenido simbólico escapan al inconsciente naïve (es preciso observar que esas ilusiones aportan a los «naifs» placeres cuyo conocimiento se disipa junto con las ilusiones. La ciencia reemplaza los goces inocentes de la naturalidad, real o ficticia, por placeres refinados, sofisticados, sin garantía alguna de que estos sean más deliciosos [LEFEBVRE, 2013, p. 89].

Assim, não por acaso, nas últimas décadas houve uma proliferação de estudos com uma perspectiva crítica frente a linguagem escrita. Resgata-se aqui, em primeiro lugar, o enfoque da sociologia da imagem proposto por Sílvia Rivera Cusicanqui (2010), quem analisa a iconografia colonial para evidenciar a maneira em que os cronistas da Conquista criaram uma imagem não-humana das sociedades indígenas, sobre-dimensionando traços de exotismo e barbárie, que justificaram a invasão europeia de seus territórios e que ainda permanecem no inconsciente coletivo. Esta autora aponta que há um vácuo entre a imagem e a palavra, que deve ser preenchida quando da análise da realidade:

Los discursos públicos se convirtieron en formas de no decir. Y este universo de significados y nociones no-dichas, de creencias en la jerarquía racial y en la desigualdad inherente de los seres humanos, van incubándose en el sentido común, y estallan de vez en cuando, de modo catártico e irracional [...]. Desde una perspectiva histórica, las imágenes me han permitido descubrir sentidos no censurados por la lengua oficial [RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 20].

Desse modo, ela consegue situar seu locus de enunciação na cosmogonia aimara, com um olhar verdadeiramente indígena, fugindo das armadilhas dos discursos do politicamente correto, que mascaram ou incluso apagam os conflitos não resolvidos nas sociedades e continuam reproduzindo uma lógica eurocentrista, patriarcal, economicista, etc.

Em segundo lugar, destaca-se o conceito de regime de visualidade, de Rey Chow (1982), pioneira na análise do visual na construção das hierarquias sociais, em especial da visualidade como fonte de opressão contra as mulheres e as minorias étnicas. Esta autora resgata, por sua vez, a metodologia da *etnografía institucional*

desenvolvida pela socióloga feminista Dorothy Smith, a qual evidencia a força das instituições na construção das sociedades a partir das “determinações não locais da ordem localmente histórica ou vivida” (ESCOBAR, 2007, p. 188), explicitando discursos e práticas que ordenam a cotidianidade das pessoas. Nesse enfoque a análise das situações locais permite entender melhor as forças institucionais e discursivas, assim como a maneira em que elas se relacionam com aspectos socioeconômicos e políticos mais amplos.

Estas propostas metodológicas buscam dilucidar a maneira em que as instituições constroem categorias para nomear e analisar o mundo e suas dinâmicas; categorias que se reproduzem sob a presunção da neutralidade cultural e objetividade tecnocrática e científica, embora estejam atravessadas por relações de poder que mediam as práticas cotidianas. No intuito de se avançar na compreensão dos mecanismos que configuraram uma estética dos alimentos aceitável no mercado mundial, de qual a imagem de agricultura que tem sido institucionalizada no sul global, e de quais as funções permitidas às mulheres nesse modelo, propõe-se a abordagem através da linguagem visual, embora ela também seja opressora:

Os olhos têm sido usados para significar uma capacidade perversa – levada até a perfeição na história da ciência, e ligada ao militarismo, o capitalismo e a supremacia do masculino patriarcal– para distanciar o sujeito que conhece de todo e de todos, em defesa do poder inquestionável [ESCOBAR, 2007, p.266].

No item anterior mencionou-se que no Brasil o discurso da modernização – base da produção mecanizada de soja e milho– tem levado à masculinização [14] e homogeneização da agricultura, nesse caso, a justificativa é a delicadeza da mulher como obstáculo para a ope-

ração de máquinas pesadas; essa imagem também é invocada na Colômbia, desta vez como fundamento para a contratação majoritária de mão de obra feminina:

[O grêmio dos floricultores] argumenta que dicha preferencia está relacionada con determinadas cualidades consideradas femeninas como el cuidado, la delicadeza, la destreza o la paciencia, que permiten un trabajo mejor realizado [...]

Por trás da demagogia na apelação ao dito atributo – que, vale lembrar, tem sido culturalmente magnificado – está o fato gritante da precarização do mercado laboral em geral, e para as mulheres em particular:

[...] existe una mayor dependencia por parte de las mujeres de esta fuente de trabajo: la mayoría de las operarias son madres cabeza de familia –el 69% de las mujeres contratadas (Garzón Hernández y Pedraza, 2013)– sin cualificación y admiten altos grados de explotación laboral para sostener con el salario a sus hijos e hijas porque es muy difícil encontrar otro empleo [GONZÁLEZ, 2014, p. 17].

Destarte, nos últimos anos evidencia-se um aumento na contratação de mão de obra masculina, principalmente nas regiões mais afetadas pela liberalização do mercado agroalimentar, onde a força laboral está mais vulnerada:

[...] se destaca la progresiva masculinización del sector, debida al aumento en el número de varones disponibles para la vinculación, por la subida global del desempleo en estas zonas, estrechamente relacionado con la crisis agropecuaria

*14 Nesse modelo geral há um elemento curioso, que – embora apareça como uma exceção à regra, não é mais que sua confirmação; existe um grupo denominado o Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA), que reúne mensalmente a 23 mulheres, em palavras da jornalista que decidiu fazer uma matéria ao respeito (ONDEI, 2012), se salienta que o encontro delas “tem hora marcada para conversar. Elas se encontram no 16º andar do prédio da Sociedade Rural Brasileira (SBR), no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, mas não falam de filhos, grifes de roupas ou sapatos, muito menos sobre shopping centers ou o rumo da novela das oito”, resulta interessante como no discurso da periodista se reforça a visualidade patriarcal, desta vez no centro mesmo do poder latifundiário do Brasil, pois ela enuncia como um fato natural que estas mulheres: “Donas de sobrenomes poderosos da pecuária, (ocupem) posições-chave no comando de fazendas em Estados como São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão e Rondônia”, fica claro assim que a posição subalterna das mulheres nas lavouras passa também por uma questão de classe, consequentemente, se ressalta a linhagem hegemônica das implicadas: “preferem dedicar o tempo à troca de informações sobre a gestão das propriedades que administram. No grupo, a disciplina é uma virtude coletiva. Chegam sem atraso à vetusta sede da SBR, repleta de sofás forrados de couro e móveis centenários, pontualmente às 14 horas e tomam lugar em uma grande mesa de mogno. (...) Para fazer parte do (NFA) (...) é preciso ter o nome aprovado por unanimidade, além de a candidata passar por uma sabatina”.

[...] también como respuesta de los empresarios a los costos que representan las licencias de maternidad, permisos de lactancia y otros temas relacionados con la salud de los niños(as) [CASTRO, 2008, p. 11].

A partir daí pode-se derivar muitas e interessantes análises, a propósito da relação entre composição orgânica do capital, divisão sexual do trabalho e agrobiodiversidade. Porém, o foco agora será o da escala da prática social mesma, mais especificamente na cotidianidade dos indivíduos e grupos sociais que, propositalmente ou não, desafiam a ordem do modelo – as representações do espaço –, produzindo e reproduzindo o prazer pela mutabilidade e a diferença – espaços diferenciais/de representação –.

Lefebvre (2013), em sua tese central sobre a natureza do espaço como produto e produtor das práticas sociais, aponta que essa relação vem sendo tecida desde o começo das sociedades organizadas, quando da demarcação das rotas dos caçadores e coletores, que recorreram à modificação do espaço pela realocação de pedras e outras balizas, “uma vez que as marcas naturais (árvores, arbustos) já não foram suficientes” (p. 193). Em decorrência da evolução dessa prática, há no espaço social uma série de códigos e codificações, “uma linguagem comum à prática e à teoria” (p. 121), a qual registra, como pegadas, a passagem dos grupos humanos, podendo ser lida, decodificada, mas também, e sobretudo, sobre-escrita.

Assim, por meio da visualidade almeja-se a leitura e restituição dos códigos levantados no espaço produzido pela Revolução Verde, como expressão mais acabada do capital na agricultura, para “recobrar a unidade dos elementos dissociados, rompendo as barreiras entre o privado e o público, e identificando as confluências e as diferenças que até agora são indiscerníveis” (p. 121). Nesse exercício se reconhecem “os termos dispersos pela prática espacial existente e as ideologias que a justificam” (p. 122), reunindo-os para nomear (fazer explícitas), as oposições essenciais (elementos paradigmáticos) que têm permanecido ocultas, e para distinguir os vínculos “(...) recuperados dos termos confundidos pela homogeneização do espaço politicamente controlado” (idem).

No entanto, o autor salienta que essa recuperação dos códigos não deve confundir-se com a prática emancipatória em si, da qual não pode separar-se para cons-

truir uma reciprocidade entre o concebido, o percebido e o vivido. Por isso, não é preciso encontrar um método para destruir os códigos sustentados pela ideologia da Revolução Verde. Essa destruição já acontece cotidianamente nas idas e voltas da dinâmica social: nos calos das mãos dignificando o trabalho cooperativo com o solo, na teimosia por cultivar as variedades mais saborosas sem se importar com sua eficiência.

O processo de modernização da agricultura na América Latina não foi homogênea, nem linear, nem produto mecânico da evolução de fatos precedentes, ele tem sido uma tentativa por manter um sistema de privilégios rascunhando ordens que ofusquem e dissociem os elementos contraditórios ao status quo; nesse sentido, cabe ressaltar que as culturas locais sempre opõem algum grau de resistência frente as mudanças impostas desde fora, seja por um enfrentamento frontal ou pela simples inércia dos costumes e tradições. Por isto sempre haverá movimentos na contramão dos processos homogeneizantes e opressores:

Por lo que concierne a la lucha de clases, su papel en la producción del espacio es fundamental, pues clases, fracciones y grupos de clases conforman los agentes de la producción espacial. La lucha de clases puede leerse en el espacio actualmente más que nunca. A decir verdad, sólo ella impide la extensión planetaria del espacio abstracto disimulando todas las diferencias. Sólo la lucha de clases tiene capacidad diferencial, capacidad para establecer y generar diferencias no intrínsecas al crecimiento económico considerado como estrategia, «lógica» o «sistema» (es decir, diferencias inducidas o toleradas). Las formas de esta lucha son mucho más variadas que antiguamente. Desde luego, las acciones políticas de las minorías forman parte de esta lucha [LEFEBVRE, 2013, p. 113].

A adaptação das culturas agroalimentares frente a Revolução Verde tem sido possível pela resistência e resiliência das comunidades rurais tradicionais (camponesas, indígenas e quilombolas), cuja “capacidade diferencial” (“a capacidade para estabelecer e gerar diferenças não intrínsecas à lógica do crescimento econômico”) põe freios à assepsia total. Por isso, na leitura e decodificação do espaço agrário da Revolução Verde deve considerar-se que o espaço social não é uma

página em branco, na qual possa se escrever uma mensagem unívoca, nele há uma sedimentação de contradições, “tudo aí é rascunho e confusão. Mais que signos o que há são consignas, prescrições múltiplas e interferentes. Se existe texto, traço, escrita, é num contexto de convenções, de intenções, de ordens, no sentido da desordem e da ordem social” (LEFEBVRE, 2013, p. 193).

As práticas emancipatórias não precisam ser descritas, muito menos decifradas, para que aconteçam. Porém, considera-se pertinente traçar-se um croqui das relações que elas tecem com as correntes uniformizantes, não só porque a partir daí se configura a organização do espaço agrário no capitalismo contemporâneo, mas também porque é importante visibilizá-las. Há três elementos interdependentes que possibilitam este diálogo entre a prática espacial e sua decodificação: em primeiro lugar, o reconhecimento dos elementos que interagem no espaço agrário; em segundo lugar, qual a organização desses elementos, como se dispõem para formar unidades maiores; finalmente, a estética associada, “as prescrições estilísticas, concernindo às proporções, às “ordens”, aos efeitos a produzir” (LEFEBVRE, 2013, p. 308).

Uma proposta de pesquisa transformadora junto a comunidades rurais tradicionais, exige que o facilitador ou facilitadora oriente a discussão sem direcioná-la, equilíbrio delicado ao qual se quer contribuir pela apresentação de alguns componentes desejáveis (porém não exaustivos, é claro) nessa prática. Apelando à tolerância ao dissonante, se apresenta o esquema 1, que é uma ferramenta um tanto irônica, senão contraditória, mas que consegue resumir estes componentes: o círculo maior (1) representa o objetivo da pesquisa (quais práticas e que espaço determinado estão na mira?).

A leitura desse alvo se dá à luz dos três elementos destacados por Lefebvre (2013) – círculos A, B e C –, que nesse sentido são como lentes oftálmicas; a calibração das lentes depende da abordagem metodológica e dos materiais escolhidos – retângulo de traço descontínuo (2) –, mas o sentido e relevância dos trechos a serem lidos só se deriva das perguntas formuladas na área cinza, porque elas podem ou não estimular o diálogo num exercício decodificador participativo.

É sensato que nessa leitura dos códigos espaciais se privilegie a linguagem visual sobre a escrita, não só pelas razões já expostas (LEFEBVRE, 2013; RIVERA CUSICAN-

QUI, 2010; ESCOBAR, 2007; CHOW, 1982), mas também porque isto incentiva a participação em grupos heterogêneos (pelas formas e habilidades para entender e descrever o mundo, as faixas etárias, o nível de escolaridade, etc.), já que a observação de imagens gera sensações que alimentam o raciocínio, a concepção das coisas, mas que também se conectam, de maneira mediada e imediata, com emoções (a percepção) e lembranças (a vivência).

Esquema 1: Elementos para a decodificação participativa do espaço



No caso do debate aqui proposto, o alvo é analisar a maneira em que as visualidades têm contribuído na construção de discursos que possibilitaram a adoção do modelo produtivo da Revolução Verde na Colômbia e no Brasil, como isto tem repercutido na organização do espaço agrário e, em especial, qual a imagem das mulheres na divisão social do trabalho a ele associada. Para facilitar a leitura desse espaço, propõe-se:

Elementos decodificadores (lentes):

- A) Elementos presentes: Famílias camponesas e suas dinâmicas internas, além de práticas de adaptação frente a ordens alheias; o capital e o sistema de instituições que preservam o status quo concretizado na Revolução Verde;
- B) Organização desses elementos: As unidades de produção familiar, as aldeias camponesas e suas relações espaciais com o agronegócio – plantações de soja, milho e flores–;
- C) Estética que regra a organização: As representações dicotômicas do mundo rural e o discurso visual a elas associado, promovido pelos programas de governo, pelas instituições de extensão agrícola, campanhas publicitárias, etc., e ressignificados pelas famílias camponesas.

Materiais e métodos (calibrador):

- Identificação e crítica destas práticas discursivas por meio da visualidade (fotografias publicitárias e ilustrativas, disposições e regulamentações sanitárias e fitosanitárias, prescrições técnicas de extensionistas, etc.).

- Elaboração de linhas de tempo, fluxos dos agentes e instituições envolvidas, diagramas, matrizes, etc., que permitam visualizar as mudanças reconhecidas nos sistemas de produção, as variedades de sementes que deixaram de ser cultivadas, as práticas e tecnologias tradicionais esquecidas e as que permaneceram, os câmbios nos padrões alimentares e na divisão do trabalho ao interior da família, etc.

Para a exploração sobre os imaginários agroalimentares reproduzidos na América Latina, tal como o modo em que os cultivos são concebidos, percebidos, produzidos e consumidos na região, é necessária atenta às experiências cotidianas das pessoas. O propósito das perguntas problematizadoras deve ser nortear o diálogo entre as partes envolvidas, cuidando o sentindo sem limitá-lo. Nos dois casos propostos, algumas das perguntas desencadeadoras poderiam ser:

Para a comoditização de grãos no Brasil:

Por que se promovem as culturas de soja e milho em detrimento do arroz e o feijão, embora as últimas sejam a base da dieta brasileira? Por que se considera que o óleo vegetal é mais sadio que a tradicional banha de porco, a pesar de ser produzido com variedades transgênicas? Por que as mulheres jovens são o grupo etário mais atingindo pelo êxodo rural sob este modelo?

Trata-se, em geral, de perguntas que tendem a visibilizar como os discursos desenvolvimentistas se materializam na mesa, qual o papel dos padrões estéticos associados, e como eles mediam a relação das pessoas com a agricultura e a comida, quais os preconceitos que continuam sendo reproduzidos com relação à alimentação boa e sadia, e quais alimentos são estigmatizados, seja por questões econômicas, tecnológicas ou de procedência.

Para as plantações de flores na Colômbia:

Por que as importações de produtos tradicionalmente cultivados no país continuam aumentando? Quando começaram a localizar-se as estufas da floricultura? Quem trabalha nelas, por que? Quais as condições la-

borais das pessoas ali empregadas? Perguntas em torno à especialização em cultivos tropicais – muitos deles não alimentares – e quais as implicações na Soberania Alimentar, de que maneira tem se afetado a economia camponesa com a liberalização do mercado, como isto repercute no bojo dos sítios familiares (divisão do trabalho, participação da agricultura na renda, diversificação dos cultivos, etc.).

No intuito de visibilizar as resistências e estratégias adaptativas das famílias camponesas frente a espacialização do capital em seus territórios, e mais, para ser partícipe no processo, convida-se à decodificação do espaço e das práticas que o produzem, “o ponto de partida é a realidade atual: o salto adiante das forças produtivas, a capacidade técnica e científica de transformar radicalmente o espaço natural, chegando a ser uma ameaça para a própria natureza” (LEFEBVRE, 2013, p. 122). Por isso propôs-se começar pelo modelo agroalimentar da Revolução Verde, seu afã homogeneizante e produtivista, as consequências socioambientais da simplificação dos agroecossistemas e o uso de adubos e defensivos sintéticos.

Uma vez que o objetivo vai além da descrição dessas dinâmicas, defende-se que este tipo de exercícios gera uma retroalimentação positiva, entendendo que “a produção do espaço, elevada ao conceito e a linguagem, reage no passado, revela aspectos e momentos até então desconhecidos. O passado se ilumina de um jeito diferente e, conseqüentemente, o processo que vai desse passado ao presente se expõe de outro modo” (LEFEBVRE, 2013, p. 122-123). A partir daí, promove-se o resgate das memórias locais, das agriculturas tradicionais e as culinárias ancestrais, as diversas formas, cores, sabores e odores que enriqueceram as mesas das avós e que constituem a identidade e o patrimônio cultural das gerações presentes, que merecem reapropriar-se delas em função da importância política, ambiental e social da alimentação.

Num sentido, estas reflexões são um mapa de pesquisa, sendo os parágrafos precedentes os preparativos da jornada: já se escolheram os trechos e se calibraram as lentes, porém, para que a leitura aconteça – não da palavra sólida, fixa, mumificada, senão do movimento vivo – deve haver abertura, o reconhecimento de que há elementos incapturáveis. A análise crítica deve saber-se aproximativa, “certa e incerta ao mesmo tempo, anunciando sua própria relatividade em cada passo,

tendendo (ou tentando tender) à autocrítica sem dissolver-se na apologia do não-saber, da espontaneidade absoluta ou da violência pura” (LEFEBVRE, 2013, p. 122). Estende-se o convite aos múltiplos e diversos grupos, plataformas e agremiações que trabalham pela defesa da Soberania Alimentar e a vida digna no campo latino-americano para que se apropriem, modifiquem e aprimorem tudo o que puderem resgatar nas pistas metodológicas aqui consignadas.

O essencial é invisível aos olhos

Na crise permanente do capitalismo a incorporação de novos espaços nos circuitos de acumulação tem sido uma solução privilegiada. A atual arremetida contra o espaço rural se dá no meio do delírio pelo estouro de bolhas especulativas e as perspectivas do peak oil (o esgotamento do petróleo de fácil extração). Nesse panorama, Shiva (2008) se refere à convergência de três crises globais e inter-relacionadas: climática, energética e alimentar, que demandam da criatividade humana para reescrever os horizontes político, econômico e cultural da sociedade. Aliás, pode-se dizer que o âmago da prática social é a reestruturação frente a adversidades – natural ou antrópica–, e uma prova disso é a agricultura como um exercício milenário de domesticação e adaptação às condições edafoclimáticas, do qual se deriva a habilidade das comunidades rurais tradicionais para tecer estratégias adaptativas quando da intromissão de forças alheias – como o capital – nos seus territórios.

A dinâmica co-evolutiva da agricultura, centrada na diversificação de atributos para fortalecer o agroecossistema, foi transformando as paisagens ao longo dos séculos (TOLEDO & BARRERA, 2009). Contudo, a maior herança neste processo não pode ser enxergada, enfiada como está no escuro colo da terra. A ação de bactérias, nematoides, fungos e demais organismos microscópicos, sustenta a fertilidade do solo, sendo então a base da trofobiose ou a complexa rede da troca energética que contem a vida. Porém, no modelo produtivo da Revolução Verde se desconsidera por completo este princípio, não surpreende que tenha sido uma mulher, Ana Primavesi, quem alertara sobre a essencialidade dessa microfauna, pois o papel histórico das precursoras e guardiãs da agrobiodiversidade também tem sido sistematicamente invisibilizado.

As visualidades criam assim um jogo de claro-escuros,

iluminam alguns aspectos da realidade sócio-ambiental e encobrem outros, deformando ambos os elementos no intuito de blindar o atual sistema de privilégios de classe, gênero e raça (CHOW, 1992). A estética como artefato histórico para o domínio da natureza, tanto da paisagem externa quanto dos instintos básicos do ser humano, produz e reproduz uma imagem do belo, do feio e do harmonioso, e intervém, portanto, na vida social e política pela mediação entre as coisas e o observador. No caso específico da agricultura ela constitui, como toda obra social, uma unidade forma-conteúdo. Sob essa perspectiva salienta-se que os ideais estéticos sobre a agricultura e a alimentação sempre denotam a ideologia de uma classe determinada (LEFEBVRE, 1971).

Tanto as fileiras infinitas de variedades transgênicas e pouquíssimas espécies nas planícies brasileiras, onde a mão de obra – especialmente a feminina – escasseia, quanto as lonas das estufas que cobrem a diversidade artificial da produção de flores, explorando o trabalho das mulheres e arrasando a diversidade natural dos andes colombianos, são a concreção do ideal capitalista de produção agropecuária possibilitado pelas tecnologias da Revolução Verde. O patriarcado se desenha pelo ideal da linha reta – uma pouco sutil alegoria ao fálico–, que rompe com os ciclos naturais, ao invés de incorporá-los de maneira dinâmica: quando a linha se flexibiliza pode-se transformar num círculo, a celebração dos princípios feminino e masculino como síntese da vida mesma, que contém o milagre da regeneração e renovação frente às perturbações.

Desse modo, a masculinização e homogeneização da agricultura ameaçam à Terra e quem a habitam, de um lado, pelo desconhecimento da fertilidade inerente ao solo, e do outro, da resiliência e resistência que resguardam as sementes crioulas e nativas; o capital tem enxergado essa ameaça, mas não num exercício de autocrítica, senão vislumbrando novas oportunidades de negócio, há, portanto, uma apropriação capitalista dos discursos contra hegemônicos (ESCOBAR, 2007). Nesse cenário é importante distinguir entre o corporativismo “verde” e o reconhecimento real do papel das comunidades rurais tradicionais para o bem-estar planetário em tempos de risco climático.

Os processos de pesquisa participativa e emancipadora não precisam “(...) destruir códigos por uma teoria crítica, mas explicar sua destruição, constatar os efeitos e (talvez) construir um novo código através do

sobrecódigo teórico”, lembrando que é a prática social a que muda o mundo (LEFEBVRE, 2013, p. 85); mais que traçar novos horizontes agroalimentares deve-se resgatar as múltiplas propostas já existentes, fundamentadas numa visão ética e estética que promove a diversidade e restabelece a relação entre a subjetividade, a sociedade e o ecossistema, superando a falsa dicotomia homem/mulher, cultura/natureza (SHIVA, 1988, 1992). A mudança acontece cotidianamente: nos calos das mãos dignificando o trabalho cooperativo com o solo, na teimosia por cultivar as variedades mais saborosas sem se importar com sua eficiência; é desse modo como a colorida rede da vida continua fortalecendo seus fios.

Referências

BRAVERMAN, H. Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century. Nova Iorque: Monthly Review, 1998.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. Em: Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p. 205-227.

CASTRO, V. Colombia: Los trabajos de las mujeres en la floricultura. Serie Comercio, Género y Equidad en América Latina, Generando Conocimiento para la Acción Política, Red Internacional de Género y Comercio, Capítulo Latinoamericano, 2008. Disponível em: www.generoycomercio.org/areas/investigacion/colombia/Col-floricultura.pdf, acessado no dia 29 de junho de 2016.

CHOW, R. Postmodern Automats. Em: BUTLER, J. e SCOTT, J. (eds.). Feminist Theorize the Political. Nova Iorque: Routledge, 1992, p. 101-117.

ESCOBAR, A. La invención del Tercer Mundo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/218.pdf>, acessado no dia 16 de dezembro de 2014.

FERNANDES, N; GONZÁLEZ, H. Escolhas alimentares, decisões culturais: A mulher define o que vai pra mesa. Anais do Congresso: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 25-28 agosto de 2008.

GONZÁLEZ, É. Las mujeres en la industria colombiana de las flores. Informe número 11 do Observatorio de Multinacionales en América Latina

(OMAL). Bilbao: Marra Servicios Publicitarios, 2014.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.

_____. Contribución a la estética. Buenos Aires: La Pléyade, 1971.

MONCAYO, H. La transformación indeseada. Em: La cuestión agraria hoy: Colombia, Tierra sin campesinos. Bogotá: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos –ILSA, Textos de aquí y ahora, 2008.

RIVERA CUSICANQUI, S. Ch’ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos Descolonizadores. Buenos Aires : Tinta Limón, 2010.

ROCHA, G. Uma estética da fome. Tese apresentada na Resenha do Cinema Latinoamericano, em Génova, 1965. Disponível em: <http://cineclubedecompostela.blogaliza.org/files/2006/11/esteticaforme.pdf>, acessado no dia 12 de outubro de 2015.

ROSSINI, R. A Modernidade Tecnológica no Campo Exclui a Mulher e Acelera as Masculinidades na Agricultura. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 4 a 8 de novembro de 2002.

SHIVA, V. Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India. Londres: Zed books, 1988.

_____. 1992. The seed and the earth. Biotechnology and the colonisation of regeneration. EM: Dev Dialogue.(1-2):151-168.

_____. Soil not oil: Environmental Justice in a Time of Climate Crisis. Nova Iorque: Sout End Press, 2008.

SUÁREZ, A. Agricultura y libre comercio en Colombia. Em: La cuestión agraria hoy: Colombia, Tierra sin campesinos. Bogotá: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos –ILSA, Textos de aquí y ahora, 2008.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. La memoria biocultural: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

5.1. Referências Consultadas.

BELIK, W. Agroindústria Processadora e Política Económica. Campinas: Unicamp, 1992 (Tese de doutorado).

DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985. São Paul: Editora Ícone, 1985.

IRATA, H. 2007. Novas Configurações Da Divisão Sexual Do Trabalho. Em: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez.

MARX, K. El capital. Libro Primero, Sección Segunda: La transformación de dinero en capital, Capítulo IV: Transformación de dinero en capital. 1. La fórmula general del capital. México DF: Siglo Veintiuno, 1998.

_____. El capital. Libro Primero, Sección Cuarta: La producción del plusvalor relativo, Capítulo XII: División del trabajo y manufactura. México DF: Siglo Veintiuno, 1998.

OCAMPO, J. Colombia y la Economía Mundial: 1830-1910. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1984.

OLIVEIRA, A. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.

ONDEI, V. As damas do agronegócio. Em: Dinheiro Rural - Edição 90, Abril de 2012.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Informe sobre el estado de los Recursos Fitogenéticos en el mundo. Roma: Dirección de Producción y Sanidad Vegetal FAO (ed.), 1996.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: Agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1984.

SAINT-EXÚPERY, A. de. O pequeno príncipe. Rio de Janeiro: AGIR, 1994.